



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Federal da 5ª Região

Relatório de Gestão
Exercício 2005-2007

Recife
Março, 2007

SUMÁRIO

Apresentação.....	05
A Justiça Federal da 5ª Região.....	06
Competência.....	07
Composição.....	07
Área Judiciária.....	12
Celeridade no Julgamento.....	12
Democratização da Justiça Federal.....	21
Área Administrativa.....	27
Melhorias Operacionais.....	27
Gestão de Pessoas.....	42
Racionalização das Despesas.....	44
Responsabilidade Social.....	48
Considerações Finais.....	55



Ao término do mandato na Presidência do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, temos a satisfação de apresentar neste relatório os resultados do trabalho aqui realizado no período de abril/2005 a março/2007.

Nossa atuação buscou a continuidade dos esforços na otimização da prestação jurisdicional, priorizando a celeridade processual e a democratização do acesso à justiça.

A fim de contribuir para uma tramitação processual mais célere, foram realizados investimentos em estrutura física, com modernização de instalações já existentes, aquisição e construção de sedes próprias, além de aplicação de recursos em tecnologia (tanto na renovação do parque, como no desenvolvimento de sistemas operacionais), e em capacitação de pessoal (incentivando principalmente os cursos de especialização e mestrado), e de profunda revisão na estrutura administrativa (adequando-a para propiciar maior eficiência nas atividades administrativas).

A ampliação do acesso à justiça se deu com a instalação de 13 varas federais, em complementação ao total de varas previstas na Lei nº 10.772, de 21 de novembro de 2003, principalmente em cidades do interior da 5ª Região, assim como com a inovação dos Postos de Atendimento Avançados e Núcleos de Prática Jurídica.

Sob a inspiração dessas duas vertentes, procurou-se desenvolver uma gestão transparente e se enfatizou a sistematização dos controles sobre a aplicação dos

recursos, não se abstraindo, contudo, da responsabilidade sócio-ambiental que uma organização desse porte tem para com a sociedade.



Dr. Francisco Cavalcanti

Reconhecemos as carências que ainda afligem o Poder Judiciário. Não obstante, temos a consciência de haveremos contribuído para minorá-las, o que foi concretizado com o apoio do Conselho da Justiça Federal, dos Magistrados deste Tribunal, dos Magistrados da 1ª Instância e dos servidores da Justiça Federal de 1º e 2º Graus, aos quais registramos os nossos agradecimentos.

Francisco Cavalcanti
Desembargador Federal Presidente

A Justiça Federal da 5ª Região

A Justiça Federal na 5ª Região é composta pelo Tribunal Regional Federal, instalado no Recife(PE), e seis Seções Judiciárias vinculadas.

O Tribunal Regional Federal da 5ª Região representa o Segundo Grau de Jurisdição, sendo composto por 15 desembargadores federais e 677 servidores. Na sua estrutura, possui os seguintes órgãos julgadores: o Pleno, que funciona com a totalidade dos desembargadores federais do Tribunal; o Conselho de Administração, composto por oito membros, e quatro Turmas de Julgamento, contendo, cada uma, três desembargadores federais.

A Justiça Federal de Primeiro Grau da 5ª Região é formada por seis Seções Judiciárias, geograficamente distribuídas nos estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Alagoas e Sergipe. Atualmente, as Seções são compostas por 115 magistrados e 2.205 servidores, distribuídos em 79 Varas Federais, conforme apresentado na Tabela 1.



Tabela 1 - Varas Federais da 5ª Região

Estado	Quantidade de Varas Federais
Pernambuco	24
Paraíba	10
Rio Grande do Norte	09
Ceará	21
Alagoas	08
Sergipe	07
Total	79

Competência

A Justiça Federal de Primeiro e Segundo Grau é competente para julgar causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal for interessada, na condição de autora ou ré, assistente ou oponente, além de outras, estatuídas nos artigos 108 e 109 da Constituição Federal de 1988.

Composição

Tribunal Regional Federal

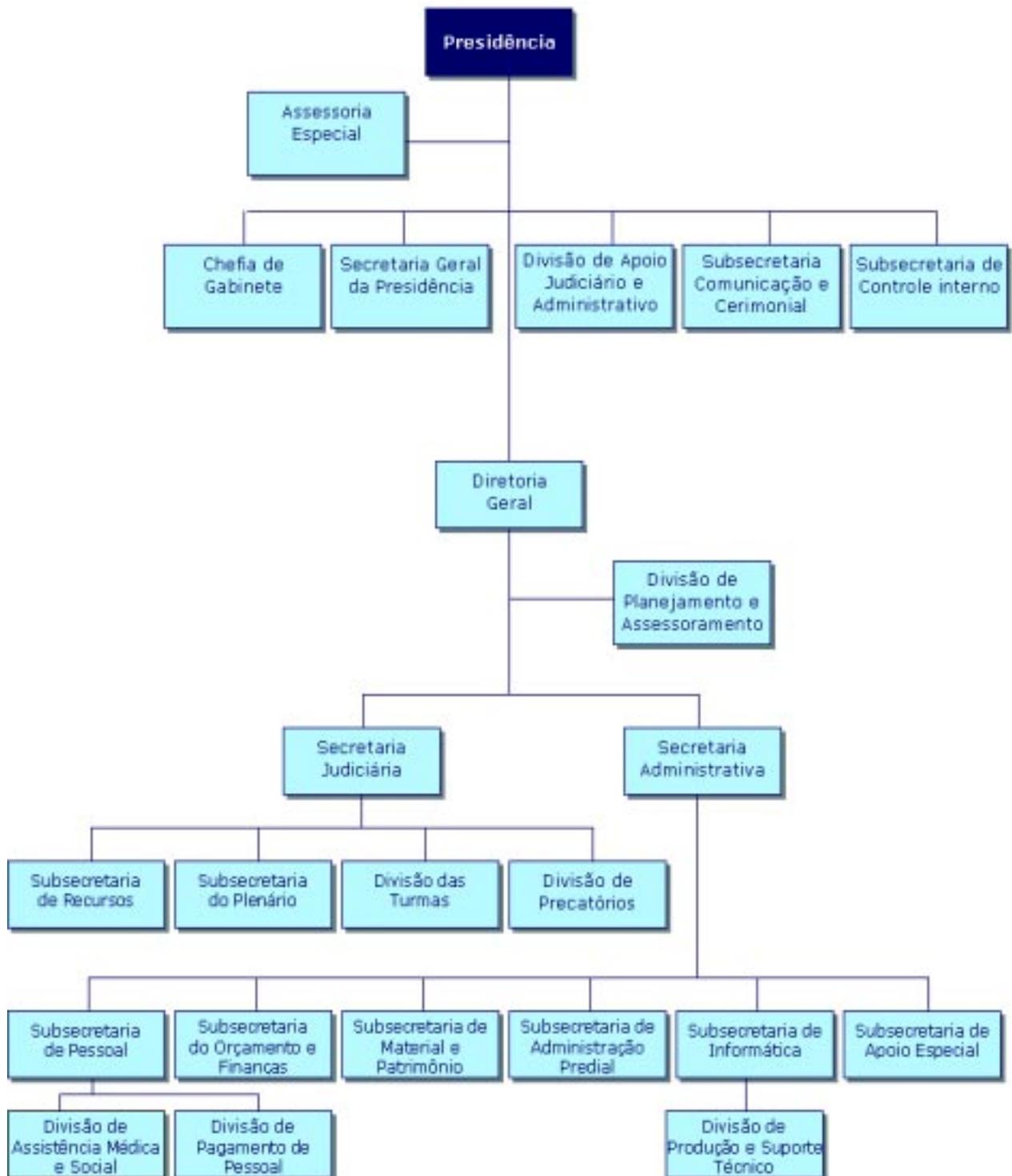
Desembargadores Federais

Ridalvo Costa	Decano e Membro da 3ª Turma
Petrúcio Ferreira	Membro da 2ª Turma
Lázaro Guimarães	Membro da 4ª Turma
José Maria Lucena	Membro da 1ª Turma
Geraldo Apoliano	Presidente da 3ª Turma
Ubaldo Ataíde Cavalcante	Membro da 1ª Turma
Margarida Cantarelli	Diretora da ESMAFE e membro da 4ª Turma
Francisco de Queiroz B. Cavalcanti	Presidente
José Baptista de Almeida Filho	Membro da 2ª Turma
Napoleão Nunes Maia Filho	Presidente da 2ª Turma
Luiz Alberto Gurgel de Faria	Corregedor-Geral
Paulo Roberto de Oliveira Lima	Vice-presidente
Paulo de Tasso Benevides Gadelha	Membro da 3ª Turma
Francisco Wildo Lacerda Dantas	Presidente da 1ª Turma
Marcelo Navarro Ribeiro Dantas	Coordenador dos JEFs e presidente da 4ª Turma

Equipe de Trabalho

André Benjamin Ferraz	Chefia de Gabinete
Petruska do Rego Barros Távora	Secretaria Geral da Presidência
Luciana de Medeiros Fernandes	Assessoria Especial
Ricardo de Menezes Araújo	Subsecretaria de Controle Interno
Jaques Antônio Barbosa Cerqueira	Subsecretaria de Comunicação Social
Ana Cláudia de G. Dourado Novaes	Coordenação de Cerimonial
Sorária Maria Rodrigues Sotero Caio	Diretoria Geral
Julienne Gama Tenório	Divisão de Planejamento e Assessoramento
Telma Roberta Vasconcelos Motta	Secretaria Judiciária
Lisiane Rodrigues Cavalcanti	Subsecretaria de Plenário
Yasmin Barreto Bellian	Subsecretaria de Recursos
Maria Tereza de C. D. Della Santa	Divisão de Precatório
Sérgio Caetano da Silva	Divisão da 1ª Turma
Celito Ferreira da Silva	Divisão da 2ª Turma
Geraldo Xavier de A. Sobrinho	Divisão da 3ª Turma
Fernanda Porto de Araújo Lima	Divisão da 4ª Turma
Luiz Albuquerque Melo	Secretaria Administrativa
Sebastião Marcos Campelo	Subsecretaria de Orçamento
Fernanda Montenegro Marques	Subsecretaria de Informática
Arnaldo Leite Pereira	Divisão de Microinformática
Onaldo Manguiera de Melo	Subsecretaria de Pessoal
Ana Maria de Lucena Silva	Divisão de Folha de Pagamento
Carmen Sílvia Arraes A. Valença	Divisão de Assistência Médica e Social
José Cláudio Duarte Pontual	Subsecretaria de Engenharia Adm. Predial
Joseny Gomes de Melo Simas	Subsecretaria de Apoio Especial
Vladislave Ferreira Leite	Subsecretaria de Material e Patrimônio

Organograma Simplificado



Seção Judiciária de Pernambuco

Frederico José Pinto de Azevedo
Diretor do Foro

Élio Wanderley de Siqueira Filho
Vice-diretor do Foro

Amanda T. de Lucena Diniz Araujo
Diretor da Subseção de Caruaru

Arthur Napoleão Teixeira Filho
Diretor da Subseção de Petrolina



Seção Judiciária da Paraíba



Rogério de Meneses Fialho Moreira
Diretor do Foro

Helena Delgado Ramos Fialho Moreira
Vice-diretora do Foro

Rudival Gama do Nascimento
Diretor da Subseção de Campina Grande

Francisco Glauber Pessoa Alves
Diretor da Subseção de Sousa

Seção Judiciária do Rio Grande do Norte

Ivan Lira de Carvalho
Diretor do Foro

Manuel Maia de Vasconcelos Neto
Vice-diretor do Foro

Marcos Mairton da Silva
Diretor da Subseção de Mossoró

Jailsom Leandro de Souza
Diretor da Subseção de Caicó



Seção Judiciária do Ceará

Danilo Fontelle Sampaio Cunha
Diretor do Foro

Alcides Saldanha Lima
Vice-diretor do Foro

Franciso Luís Rios Alves
Diretor da Subseção de Limoeiro do Norte

Bruno Leonardo Câmara Carrá
Diretora da Subseção de Juazeiro do Norte

José Maximiliano Machado Cavalcanti
Diretor da Subseção de Sobral



Seção Judiciária de Alagoas



Paulo Machado Cordeiro
Diretor do Foro

Raimundo Alves de Campos Júnior
Vice-diretor do Foro

Rubens de Mendonça Canuto Neto
Diretor da Subseção de Arapiraca

Seção Judiciária de Sergipe

Telma Maria Santos
Diretor do Foro

Almiro José da Rocha Lemos
Vice-diretor do Foro

Ronivon de Aragão
Diretor da Subseção de Estância

Almiro José da Rocha Lemos
Diretor da Subseção de Itabaiana





Celeridade no Julgamento

O TRF julgou mais de 79 mil processos no biênio

Para atender aos objetivos para o qual foi criado, o Tribunal Regional Federal da 5ª Região realizou diversas ações que resultaram em considerável aumento no quantitativo de processos julgados e, conseqüentemente, na redução do remanescente de processos.

O Segundo Grau de Jurisdição obteve um aumento quantitativo de processos julgados de 13%, em 2005, e 10%, em 2006, fechando o biênio com um total de 79.073 processados julgados, como demonstrado na Tabela 2.

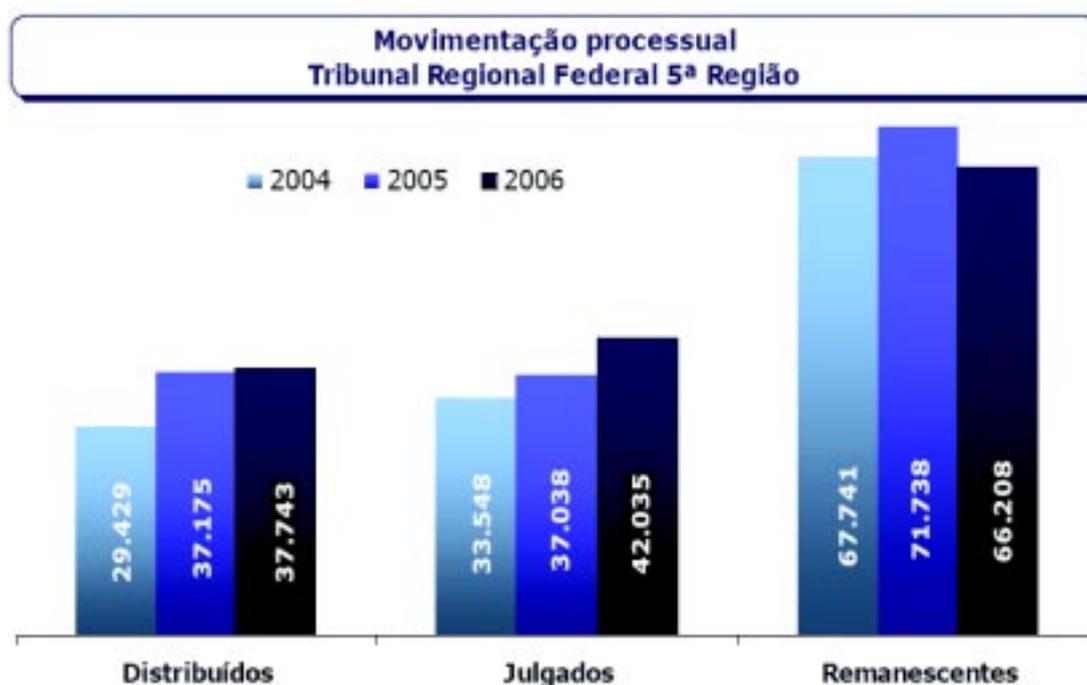
É importante observar que, apesar de um aumento de 26% na distribuição de processos no primeiro ano da gestão, o estoque de processos remanescentes sofreu uma elevação de apenas 6% e, no ano seguinte, teve uma redução de 8% com relação a 2006, demonstrando que, embora a demanda judicial tenha sido maior e a força de trabalho desta Corte não tenha aumentado, um maior volume de processos foi julgado, reduzindo-se o estoque processual.

Não obstante, a necessidade de reforço da capacidade de julgamento é clara. Por isso, considerando o estoque remanescente e a média anual de julgamentos, foi encaminhado ao Conselho da Justiça Federal um projeto de ampliação do número de cargos de desembargadores federais e servidores, cuja aprovação é imperiosa, a fim de dotar esta Corte de uma força de trabalho adequada para otimizar e desenvolver uma justiça de resultados.

Tabela 2 - Movimentação Processual TRF 5ª Região

Processo	2004	2005		2006		Total do biênio
	Qtde	Qtde	▲%	Qtde	▲%	
Distribuídos	29.429	37.175	26%	37.743	2%	74.918
Julgados	33.548	37.038	10%	42.035	13%	79.073
Remanescentes	67.741	71.738	6%	66.208	-8%	66.208

Gráfico 1 - Movimentação Processual TRF5



Destaca-se, também, que no biênio o Tribunal emitiu mais de 88 mil Acórdãos, como demonstrado na Tabela 3.

Tabela 3 - Acórdãos

Acórdãos	2004	2005	2006	Total do biênio
	37.412	41.617	46.386	88.033

O Primeiro Grau de Jurisdição apresentou um vultoso aumento no volume de processos julgados, correspondendo a um total de 519.499 processos julgados no biênio e redução dos processos remanescentes, como se observa na Tabela 4.

No biênio 2005-2006, observa-se que o número de processos remanescentes esteve estável, já que houve um aumento de 11% no primeiro ano e uma redução de 13% no segundo ano.

Meio milhão de processos foram julgados pelas Seções Judiciárias nos últimos dois anos

Tabela 4 - Movimentação Processual Seções Judiciárias 5ª Região

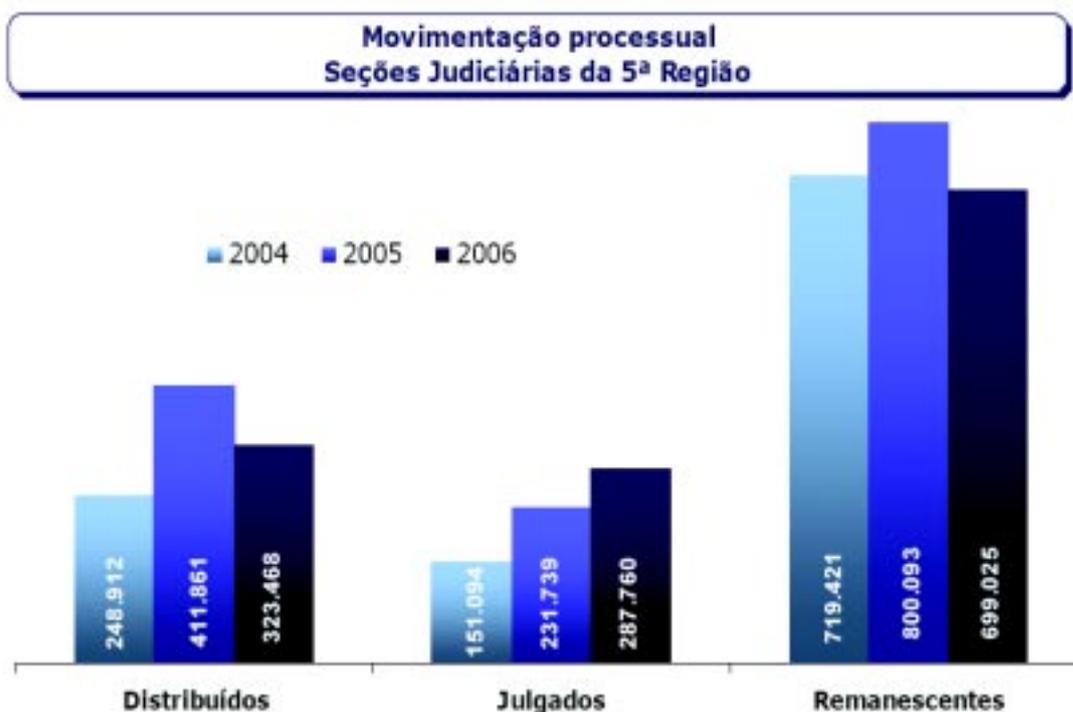
Processo	2004	2005		2006		Total do biênio
	Qtde	Qtde	▲%	Qtde	▲%	
Distribuídos	248.912	411.861	65%	323.468	-21%	735.329
Julgados	151.094	231.739	53%	287.760	24%	519.499
Remanescentes	719.421	800.093	11%	699.025	-13%	699.025

A redução de 13% em 2006 é explicada, principalmente, pelas ações promovidas pela Corregedoria, com a criação de metas de resultados e controles para cumprimento dos prazos, que acarretaram na redução do acervo em tramitação.

No que se refere ao número de processos julgados, observa-se uma elevação de 53%, em 2005, e 24%, em 2006. Esses percentuais refletem a expansão da capacidade de julgamento com a ampliação do número de Varas na Região até 2005 e a consolidação da sua capacidade julgadora em 2006, além da nomeação de novos magistrados e servidores, das melhorias administrativas, capacitação dos servidores, modernizações tecnológicas, principalmente nos sistemas Tebas e Esparta, assim como pela efetividade que vem sendo demonstrada pelos Juizados Especiais Federais (JEFs).

Com relação aos processos distribuídos, de acordo com a Tabela 4, tem-se um acréscimo de 65%, no primeiro ano do biênio, e um decréscimo de 21%, no segundo ano.

Gráfico 2 - Movimentação Processual TRF5



Apesar destes bons resultados, a necessidade de criação de novas Varas ainda persiste, tendo em vista a movimentação processual apresentada, principalmente no tocante ao estoque remanescente e no julgamento ainda inferior à distribuição, além do déficit no quantitativo de juízes federais na 5ª Região com relação à população assistida, como pode ser observado nas estatísticas apresentadas pelo Conselho da Justiça Federal, em setembro de 2006, na qual a 5ª Região apresenta o mais desfavorável índice, como demonstrado na Tabela 5, e maior índice para o indicador de carência de Varas, como demonstrado na Tabela 6. Por isso, foi encaminhado um projeto de ampliação do número de Varas Federais que já tramita no Congresso Nacional.

O Tribunal busca a ampliação do número de Varas Federais na 5ª Região

Tabela 5 – Habitantes por Juiz Federal de 1º Grau

Região	Número de Habitante por Juiz de 1º grau
TRF 1	207.437
TRF 2	93.245
TRF 3	169.580
TRF 4	81.965
TRF 5	241.273

Fonte: Conselho da Justiça Federal

Tabela 6 – Indicativo de carência de Varas

Região	Indicativo de Carência de Varas*
TRF 1	43
TRF 2	28
TRF 3	38
TRF 4	19
TRF 5	48

Fonte: Conselho da Justiça Federal

* Média do indicador por Estados da Região.

Observa-se, ainda, que a implantação das novas Varas no interior não provocou uma redução significativa em relação à demanda judicial já existente na capital. Pelo volume de processos em tramitação, percebe-se que a criação destas Varas Federais apenas atingiu uma parte da população que se encontrava à margem da prestação jurisdicional, ou seja, nos deparamos com uma demanda judicial reprimida.

Outro fato relevante para a celeridade processual, foi o empenho dos magistrados e servidores na realização dos mutirões de julgamento de processos e conciliações, que ocorreram nas Seções Judiciárias da 5ª Região.

Os Juizados Especiais Federais reconquistaram a confiança da população

Os Juizados Especiais foram inseridos na esfera federal pela Emenda Constitucional n. 22/99, que modificou o art. 98 da Constituição Federal, e tem competência para processar, conciliar e julgar causas cíveis com valor até sessenta salários mínimos, pagas através de Requisitórios de Pequeno Valor (RPV) após o trânsito em julgado, e causas criminais relativas a infrações de menor potencial ofensivo.



Atendimento no Juizado Especial Federal em Pernambuco

Os processos dos JEFs são orientados pelos princípios da oralidade, simplicidade, economia processual, conciliação, publicidade, gratuidade no Primeiro Grau e celeridade. Os Juizados Especiais Federais quebraram o paradigma da Justiça Federal, de Justiça de elite, distante da população, para uma justiça rápida e eficiente, reconquistando a



confiança da população, sobretudo entre os mais carentes, resgatando, assim, uma parcela da sociedade que, até então, não recorria à Justiça Federal, seja por não acreditar em seus resultados ou por não dispor de recursos financeiros.

Atualmente, a 5ª Região conta com 27 JEFs, dos quais 14 foram instalados durante o biênio de 2005-2006, distribuídos de acordo com a Tabela 7.

14 novos JEFs foram instalados neste biênio

Tabela 7 – Juizados Especiais Federais instalados no biênio

Estado	Cidade	JEFs Adjuntos	JEFs Autônomos
CE	Fortaleza	-	01
	Sobral	01	-
	Juazeiro	01	-
	Limoeiro do Norte	01	-
RN	Caicó	01	-
PB	Sousa	01	-
AL	Arapiraca	01	-
PE	Recife	-	01
	Caruaru	01	-
	Garanhuns	01	-
	Salgueiro	01	-
	Serra Talhada	01	-
	Petrolina	02	-
Total		14	

A efetividade dos JEFs pode ser observada a partir da análise dos dados relativos aos Requisitórios de Pequeno Valor (RPVs), que tiveram um incremento em sua quantidade de 27%, em 2005, e 50%, em 2006, ampliando o número de pessoas beneficiadas em 45% (primeiro ano) e 55% (segundo ano). No biênio, o pagamento de RPVs ultrapassou a marca de 800 milhões, beneficiando mais de 169 mil cidadãos, como demonstrado na Tabela 8.

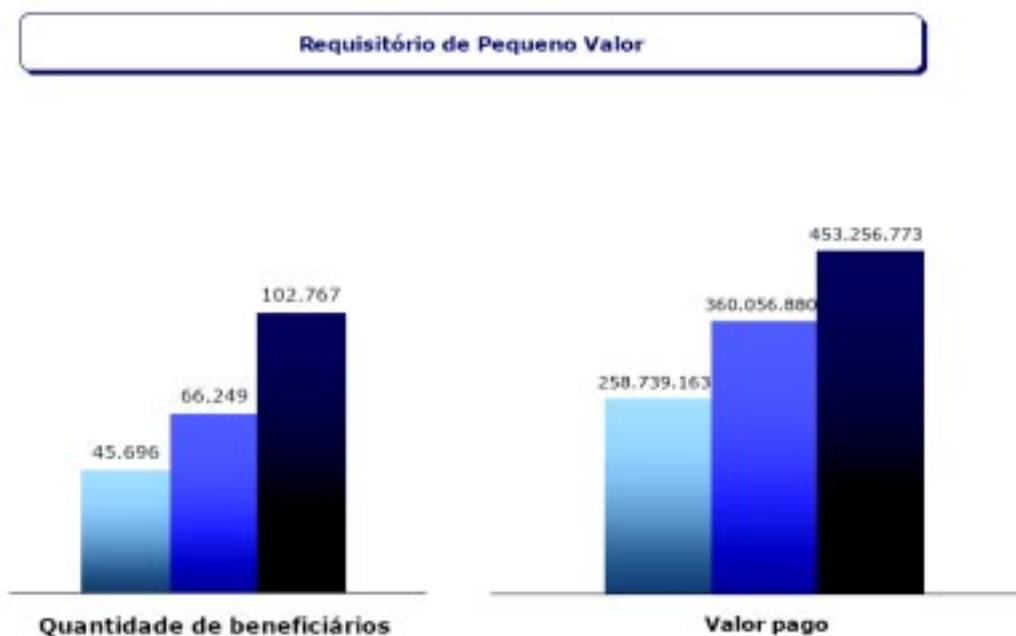
O pagamento de RPVs ultrapassou a marca de 800 milhões no biênio, beneficiando mais de 169 mil pessoas

Uma parceria firmada com a Caixa Econômica Federal possibilitou a descentralização do pagamento, tornando-o mais rápido e fácil, em qualquer agência da Caixa no País, a exemplo do projeto piloto que vinha se desenvolvendo no Estado de Pernambuco, desde 2004.

Tabela 8 – Requisitórios de Pequeno Valor

Processo	2004	2005		2006		Total do biênio
			▲%		▲%	
Valor Pago	258.739.163	360.056.880	39%	453.256.773	26%	813.313.653
Nº de RPVs	28.395	35.981	27%	53.999	50%	89.980
Nº de Beneficiários	45.696	66.249	45%	102.767	55%	169.016

Gráfico 3 - Requisitório de Pequeno Valor



Em reconhecimento ao benefício propiciado pelo CRETA para celeridade jurisdicional, o TRF5 recebeu duas importantes premiações nacionais: o prêmio TI & Governo, na categoria administração pública, e o III Innovare - A justiça do século XXI, promovido pela Fundação Getúlio Vargas.

Destaca-se ainda que, para a segurança dos processos e informações virtuais, o Tribunal tem investido em ferramentas de segurança de sistemas, análise de risco, em certificação digital, na construção de normas de segurança e na funcionalidade DRM (Disaster Recovery Manager), que realiza cópia dos dados e configurações de sistemas, garantindo recuperação completa em caso de pane ou acidentes.

Outros importantes fatores têm contribuído para a celeridade processual, tais como:

- A uniformização de rotinas, promovida pelo Conselho da Justiça Federal, como a implantação da Tabela Única de Assuntos no Primeiro e Segundo Graus da 5ª Região, a implantação da Tabela de Classes Nacional no 1º Grau e classificação do acervo processual em tramitação no 2º Grau de acordo com a Tabela Única de Assuntos;
- A implantação do Sistema de Contadoria, que propiciou a atualização dos serviços de contadoria, que antes eram realizados em planilhas eletrônicas, e possui parâmetros de cálculo padrão e possibilita a inserção de novos parâmetros de cálculo.
- A recuperação eletrônica dos dados contidos nos ofícios requisitórios, promovendo maior celeridade e segurança no pagamento dos Precatórios e RPVs.



O desembargador Marcelo Navarro recebe o prêmio Innovare das mãos do Presidente Lula

Democratização da Justiça Federal

No exercício de 2005, o Tribunal Regional Federal da 5ª Região buscou, em face do advento da Lei nº 10.772/2003, dar continuidade ao processo de popularização e democratização da Justiça Federal, instalando 13 Varas Federais, distribuídas como apresentado na Tabela 9.

Tabela 9 – Novas Varas Federais

Seção Judiciária	Cidade	Varas Instaladas
Pernambuco	Serra Talhada	01
	Caruaru	01
	Garanhuns	01
	Salgueiro	01
	Recife	03
Paraíba	Campina Grande	01
Ceará	Sobral	02
	Juazeiro do Norte	01
	Fortaleza	02
Total		13

*O acesso à Justiça Federal
é facilitado em cidades do interior
da 5ª Região*

Destas novas Varas Federais, 07 foram instaladas em cidades do interior nos Estados que compõem a 5ª Região, o que demonstra disposição desta Corte em aproximar a Justiça Federal da população interiorana.



Vara Federal instalada em
Juazeiro do Norte/CE

Para dar condições de operacionalizar os trabalhos da Justiça Federal com a criação destas Varas, foram empossados 33 novos juízes federais substitutos, através dos concursos realizados em 2005 e em 2006, e, também para atuarem junto à demanda, foram nomeados no biênio 544 novos servidores, sendo 339 técnicos e 205 analistas judiciários.

Foram empossados 33 novos Juizes Federais Substitutos e 544 novos servidores

Ressaltamos que, apesar dos esforços empreendidos, a 5ª Região ainda apresenta o mais desfavorável índice de juízes por habitantes, de acordo com as estatísticas apresentadas pelo Conselho da Justiça Federal, em setembro de 2006, conforme demonstrado anteriormente na Tabela 5.

Outro fato que merece destaque e faz parte do programa de interiorização da Justiça Federal é a construção de 08 sedes próprias e a aquisição de 01 edifício para sediar a Vara de Juazeiro do Norte/CE, visando facilitar o acesso da população, que não mais precisa deslocar-se para as capitais com o intuito de postular os seus direitos, beneficiando, assim, mais de 6 milhões de habitantes, conforme Tabela 10.

Destaca-se, ainda, que estão em andamento construções de sedes próprias nas cidades de Arapiraca/AL, Itabaiana/SE e Estância/SE.

Tabela 10 - Construção de sedes próprias

Estado	Cidade	Nº de Habitantes Beneficiados
RN	Caicó	309.014
PB	Sousa	596.637
PE	Caruaru	1.162.845
	Garanhuns	738.884
	Serra Talhada	566.919
	Salgueiro	248.883
CE	Sobral	1.778.187
	Juazeiro do Norte	1.345.935
Total		6.747.604

Fonte: TRF5 e IBGE



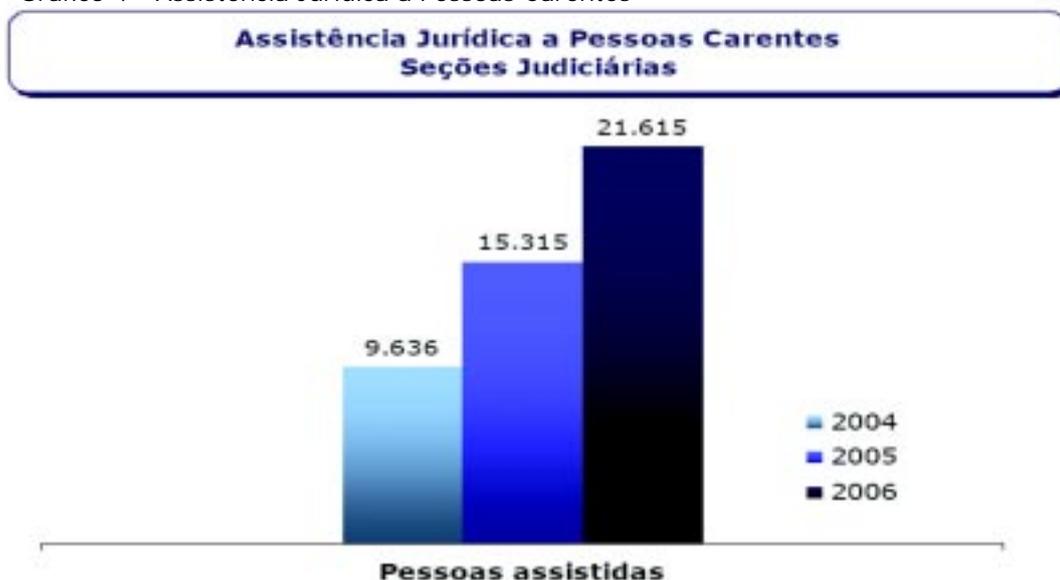
Fórum Social de Recife/PE

Além destas sedes, neste biênio foi finalizada a reforma do Fórum Social da Seção Judiciária de Pernambuco, iniciada no biênio anterior. As obras de reforma do prédio na Avenida Dantas Barreto, no centro do Recife-PE, que já sediou a Justiça Federal de Primeiro Grau, foram projetadas e acompanhada pelos técnicos do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, retornando à posse da Seção Judiciária de Pernambuco para abrigar os Juizados Especiais Federais. A localização do edifício facilitou o acesso da população mais carente, por ser um bairro central e próximo a terminais de ônibus. Para a reforma do Fórum Social, o Tribunal teve como parceira a Caixa Econômica Federal.

Estas novas sedes foram projetadas de acordo com as necessidades da justiça, buscando fornecer melhores condições de trabalho para magistrados e serventuários e em consonância com a legislação vigente com relação à acessibilidade de idosos e deficientes, possibilitando melhor atendimento e maior conforto aos jurisdicionados.

Outro fato que se destaca na democratização da Justiça Federal é a ampliação da assistência jurídica às pessoas carentes, que visa atender ao art. 5ª LXXIV da Constituição Federal, prestando assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovam insuficiência de recursos, por meio de advogados credenciados nas Diretorias de Foro das Seções Judiciárias. O programa apresentou resultados bastante satisfatórios, com um acréscimo no quantitativo de pessoas assistidas de 59%, em 2005, e 41%, em 2006, conforme Gráfico 4.

Gráfico 4 - Assistência Jurídica a Pessoas Carentes



É importante destacar o trabalho realizado pelo Tribunal com relação à sua jurisprudência, que foi disponibilizada através da sua página da Internet, inclusive possibilitando a consulta do inteiro teor do Acórdão, como também através do site do Conselho da Justiça Federal (pesquisa unificada), facilitando sobremaneira o acesso da sociedade às decisões emanadas por esta Corte. Atualmente, o Tribunal conta com um acervo de 122.802 jurisprudências, sendo que deste total, 35.213 (29%) foram indexados neste biênio.

Diversas outras ações foram realizadas para facilitar o acesso à justiça, dentre as quais destacam-se:

- A instalação de 06 postos avançados, que visam facilitar o acesso do cidadão para entrada no seu processo no Juizado Especial, distribuídos conforme Tabela 11.



Posto de Atendimento Avançado em Aquiraz/ CE

Tabela 11 - Postos Avançados

Estados	Cidade	Quantidade
PE	Petrolina	01
	Gravatá	01
CE	Fortaleza	02
	Guaramiranga	01
	Aquiraz	01
PB	João Pessoa	01

- A instalação do Posto Avançado de Fernando de Noronha/PE, com competência plena da Justiça Federal, tanto para ingresso de processos como para realização de audiências.



Posto de Atendimento Avançado de Fernando de Noronha / PE

- A criação dos Núcleos de Prática Jurídica (NPJs), em 2005, que são postos de atendimento ao cidadão instalados em instituições de ensino com bacharelado em Direito, com o objetivo de tornar a Justiça Federal mais acessível e facilitar a assistência jurídica, além de treinar os estudantes universitários para as práticas forenses. Atualmente, a 5ª Região conta com 04 núcleos no Estado de Pernambuco, instalados nas cidades relacionada na tabela 12.



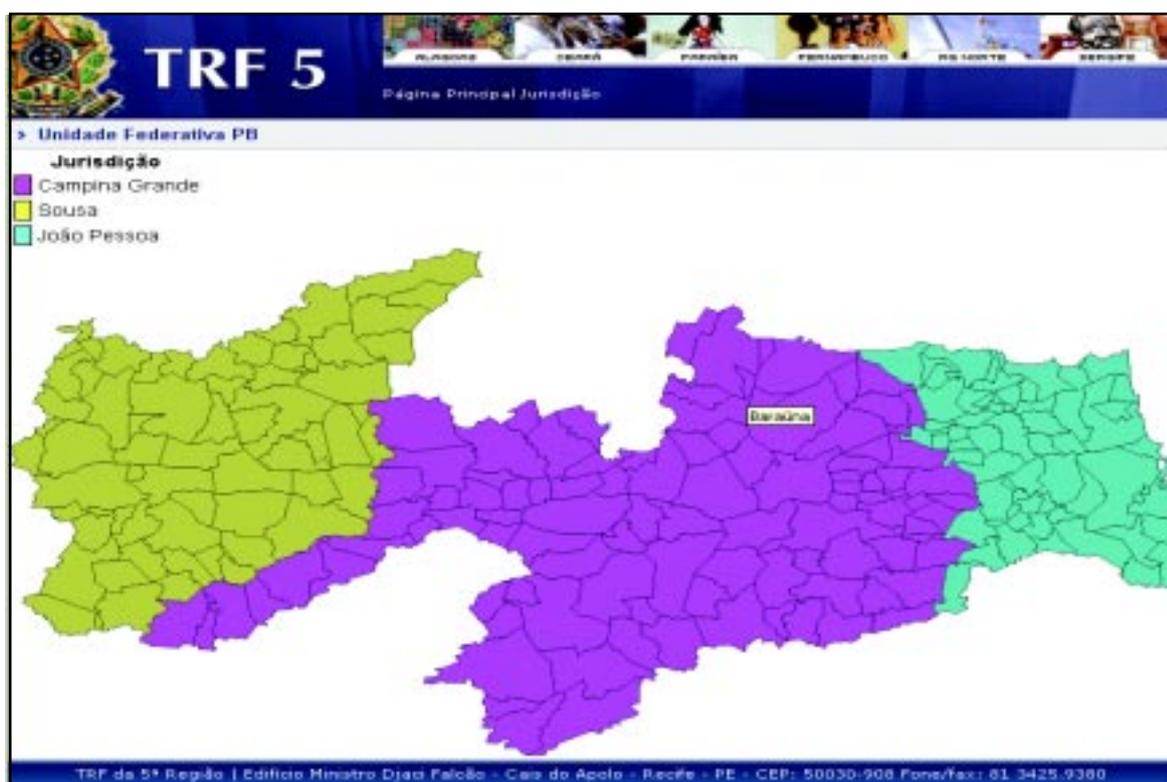
Núcleo de Prática Jurídica da UFPE em Recife/PE

Tabela 12 - Núcleos de Prática Jurídica

Estado	Cidade	Instituição de Ensino
PE	Recife	UFPE – Universidade Federal de Pernambuco
		FIR - Faculdade Integrada de Recife
		FG - Faculdade Guararapes
	Petrolina	FACAPE – Faculdade de Ciências Sociais e Aplicadas de Petrolina

Os serviços via internet foram melhorados para facilitar o acesso dos cidadãos

- Novo sistema de telefonia para consultas dos precatórios e RPVs pelos cidadãos (DISK RPV/Precatório).
- Melhorias nos serviços disponibilizados via Internet, tal como a implantação do mapa de jurisdição, com as sedes das Seções Judiciárias, especialização das Varas, endereço, entre outras informações; sistema para cálculo das custas, atualização da sua tabela, porte de retorno e expedição do DARF; estatísticas processuais; acórdãos não digitalizados e editais de Eliminação de Processos.
- Adaptação do sistema de acompanhamento processual – TEBAS para inclusão dos dados necessários aos Bancos Nacionais de Rol de Culpados, de Crimes Contra o Sistema Financeiro e de Lavagem de Dinheiro, bem assim ao cadastro de Bens Apreendidos e Advogados Voluntários e Certidões de Distribuição Nacional.
- Implantação do Protocolo Integrado, que permite a entrada da petição em qualquer Seção Judiciária da 5ª Região.



Consulta ao mapa da jurisdição para o Estado da Paraíba no site do TRF5



Melhorias Operacionais

De maneira geral, buscou-se dar continuidade às ações iniciadas nas gestões anteriores, com foco em 04 macrometas relacionadas à área meio, tais como: a promoção de melhorias operacionais, a profissionalização da gestão de pessoas, racionalização das despesas e a responsabilidade social.

Para alcance da macrometa de melhoria operacional, foram desenvolvidas ações que promoveram a reestruturação administrativa, a equalização do número de servidores dos Gabinetes e Turmas de Julgamento, implantação do processo seletivo para a contratação de estagiários de nível superior, mudanças na infra-estrutura física, busca pela celeridade e eficiência nas comunicações internas e na gestão dos contratos, além de modernização no almoxarifado e modernizações tecnológicas.

A macrometa gestão de pessoas contemplou a capacitação dos recursos humanos; a de racionalização das despesas visou, principalmente, a redução dos custos e a responsabilidade social, buscou realizar ações que contribuíssem com a sociedade, através de ações sociais voltadas para comunidades carentes, estudantes e para melhoria da qualidade de vida dos servidores.

Reestruturação Administrativa

A reestruturação administrativa proporcionou maior efetividade para as atividades meio

Após a realização do mapeamento de processos nas áreas administrativas do Tribunal iniciado em 2004, que incluiu entrevistas com 62 supervisores, foi constatada a necessidade urgente de uma reestruturação administrativa, a medida que foi efetivada em setembro de 2005 e buscou adequar a estrutura organizacional às reais necessidades do TRF5, com a criação de novas funções e a remodelação de outras já existentes, a fim de otimizar as rotinas de trabalho, sistematizar o controle de determinadas atividades e facilitar o fluxo de informação, para uma melhor prestação jurisdicional, tornando-a mais célere e eficiente.

Dentre as criações e modificações de funções, destacam-se as seguintes áreas:

- **Secretaria Geral da Presidência** - Esta área foi criada com o objetivo de gerenciar a tramitação de documentos encaminhados diariamente ao Gabinete da Presidência, acompanhar a expedição e publicação dos atos administrativos, organizar os compromissos do presidente, além de emitir os pedidos de concessão de diárias relativos aos magistrados e aos servidores vinculados diretamente à Presidência. A criação desta área propiciou ganho de tempo e melhor organização das rotinas de trabalho da Presidência.
- **Subsecretaria de Comunicação Social** - Anteriormente classificada como seção, foi hierarquicamente promovida, sendo transformada em subsecretaria, justamente com o objetivo de dar maior visibilidade ao Tribunal, no sentido de oferecer à população maior transparência das atividades desenvolvidas. Objetivo que foi alcançado através do estreitamento das relações com os principais meios de comunicação nacional e com importantes personalidades do meio político e promoção de eventos integrando os profissionais da mídia com o meio jurídico.



Dr. Francisco Cavalcanti e Dr. Luiz Alberto Gurgel recebe visita de profissionais de jornalismo

- **Subsecretaria de Controle Interno** - Esta Subsecretaria teve seu quadro de funcionários aumentado e uma relevante mudança na atuação, dando ênfase ao caráter colaborativo, educativo, preventivo e informativo, com o intuito de aprimorar o controle e contribuir para uma melhor gestão, oferecendo pronta resposta às consultas formuladas pelas diversas áreas do Tribunal e Seções Judiciárias. Tudo isso é feito mediante a emissão de parecer e opinião técnico e notas de opinião; realizando o monitoramento do trâmite dos Pedidos de Autorização de Despesa (PAD), permitindo prévia correção dos que apresentavam alguma falha, além do desenvolvimento de estudos técnicos que viabilizaram a normatização da protocolização de documentos e formalização dos processos administrativos.
- **Divisão de Planejamento e Assessoramento** - Criada com a função de elaboração e manutenção do planejamento institucional e de prestar assessoramento à Diretoria Geral. Esta área tem contribuído para a gestão através do gerenciamento de informações através do Portal de Dados, elaboração de indicadores de desempenho e de relatórios internos e externos, além de operacionalizar a realização de diversos eventos, tais como o processo seletivo de estagiários, o concurso de monografias e eventos de integração social com a comunidade.
- **Setor de Atendimento** – Este Setor foi criado com a função de orientar os cidadãos que procuram o Tribunal, recebendo-os de forma condigna, fornecendo informações para que o seu acesso seja o mais fácil possível e esclarecendo sobre questionamentos operacionais. Além disso, tem a função de responder a todos os questionamentos recebidos pela Internet, através do link “contato”.

Link “Contato”, disponível no site do TRF5

- **Seção de Arquivo** – Esta Seção foi criada a fim de centralizar o arquivamento dos processos, de forma adequada e padronizada, para facilitar o acesso, quando necessário ao resgate de informações, o que anteriormente era realizado de forma descentralizada. Esta Seção, com o apoio da Secretaria Judiciária, vem atuando também no processo de eliminação de autos e 20.000 processos do 2º grau e documentos de guarda temporária já foram eliminados, resultando em um considerável ganho de espaço físico, além de facilitar os mecanismos de controle. Também tem a função de fornecer orientações relacionadas a eliminação de processos para as Seções Judiciárias da 5ª Região.
- **Setor de Protocolo Administrativo** - Idealizado pela Subsecretaria de Controle Interno, este Setor tem a função de receber de forma centralizada os documentos enviados para o Tribunal e dar encaminhamento para as áreas destinatárias, com o apoio do controle do trâmite de documentos do sistema eletrônico SIGA, customizado pela Subsecretaria de Informática deste Tribunal, após doação dos códigos fontes pelo Tribunal de Justiça do Estado de Roraima. Este Setor eliminou o risco de extravio de documentos e possíveis prejuízos operacionais e financeiros que isto possa acarretar.
- **Núcleo de Integração e Uniformização de Procedimentos do 1º e 2º Graus** – A implantação deste Núcleo visa aproximar e integrar o Poder Judiciário Federal como um todo, em especial a Justiça de 1º e 2º Graus da 5ª Região, CJF, CNJ, padronizando procedimentos e sistemas, a fim de tornar a comunicação e a prestação jurisdicional mais céleres, claras, uniformes e acessíveis para toda a sociedade.

O Núcleo de Integração e Uniformização buscou a padronização dos procedimentos na justiça federal da 5ª Região

- **Seção de Contadoria** – A Seção de Contadoria foi criada com o objetivo de realizar os cálculos processuais dos processos originários do TRF da 5ª Região, até então efetuados pela área de cálculo da Seção Judiciária de Pernambuco; de oferecer subsídios técnicos aos julgadores do 2º Grau, quando da revisão dos processos do 1º Grau, além de promover a integração e uniformização dos sistemas de cálculos na 5ª Região. Como resultado desta unidade já foi promovido o Encontro Nacional das Contadorias da Justiça Federal de 1º e 2º graus; a atualização das tabelas de custas do 2º grau; a elaboração de manual para consulta da TUC e seu enquadramento na tabela de custas e a implantação do Sistema de Contadoria da 1ª Região para utilização no 1º e 2º Graus da 5ª Região.
- **Seção de Requisitórios de Pequeno Valor** - tendo em vista o aumento do volume de RPs, resultando do sucesso dos Juizados Especiais, foi necessária a criação dessa Seção para expedição destes requisitórios, a fim de fornecer uma estrutura adequada para atender à demanda e aos prazos legais de pagamento.
- **Seção de Licitação e Contratos** - A função de licitação e controle de contratos era exercida por servidores vinculados ao Gabinete da Presidência e sempre que a gestão era modificada, os servidores que exerciam esta função também eram alterados. Entendendo que este fato gera prejuízos de continuidade em uma atividade que necessita de vasta experiência, esta Seção foi criada e vinculada à Subsecretaria de Material e Patrimônio, evitando assim, a suscetibilidade a alterações frente às mudanças da Presidência.
- **Seção de Assessoria Jurídica** - Assim como a função da Seção de Licitações e Contratos, este serviço anteriormente era vinculado ao Gabinete da Presidência da época. Então optou-se por subordiná-la à administração, visando a continuidade na execução das tarefas, como pareceres jurídicos em procedimentos administrativos, contratos, aquisição direta, entre outros.
- **Divisão de Folha de Pagamento** - Esta seção já existia anteriormente, mas era vinculada à Subsecretaria de Orçamento e Finanças. Para facilitar o fluxo de informações entre a área de administração de pessoal e a área de pagamento, ela passou a ser vinculada diretamente à Subsecretaria de Pessoal.

- **Núcleo de Magistratura** - Esse Núcleo que é responsável por toda movimentação dos magistrados da Região, recebeu um reforço na estrutura, para que possa melhor sistematizar suas atividades.
- **Seção de Saúde** - recebeu uma nova configuração, que prioriza o trabalho interdisciplinar voltado para a promoção da saúde e centralizando a supervisão dos seus serviços.
- **Seção de Integração com as Seções Judiciárias** – Vinculada à Subsecretaria de Informática, esta seção foi criada com o objetivo de regionalização das ações na área de informática, quanto à gestão orçamentária, a manutenção dos sistemas corporativos, o desenvolvimento de sistemas regionais e a busca de aquisições padronizadas, resultando num melhor aproveitamento dos recursos humanos, tecnológicos e financeiros.

Após a conclusão da reestruturação administrativa, foi elaborado um Manual de Atribuições para todas as áreas do Tribunal, com o objetivo de fortalecer a sistematização dos procedimentos e favorecer a continuidade das atividades em situações em que os servidores responsáveis sejam deslocados/transferidos das suas funções originais.

Um Manual de Atribuições foi elaborado para fortalecer a sistematização dos procedimentos e continuidade das atividades

Limitação do Número de Servidores

Uma importante ação de melhoria administrativa foi a proposta realizada pela Presidência e aceita por todos os desembargadores, de limitar o número de servidores lotados nos Gabinetes e nas Turmas de Julgamento, tendo em vista o fato de que possuem competências idênticas e estavam com um número desigual de servidores.

Com esta ação, a quantidade de servidores dos Gabinetes foi limitada a 19 e, nas Turmas de Julgamento, limitada a 13 servidores. As unidades que tinham número inferior ao limite já foram ajustadas e as que possuíam número superior, gradativamente estão sendo reduzidas.

Processo Seletivo para Estagiários

Para imprimir uma maior transparência, através de ato emitido pelo presidente Francisco Cavalcanti em 2006, o ingresso de estagiários de nível superior ao Tribunal e Seções Judiciárias passou a ser realizado através de processo seletivo público, para os estudantes de Direito e dos cursos correlatos com a área administrativa.

O processo seletivo do Tribunal contou com a participação de mais de 1.000 estudantes, para os quais foi requerida a doação de 1kg de alimento não perecível para a inscrição, o que totalizou 1 tonelada de alimentos e foi doado para instituições carentes.



Processo seletivo dos estagiários da área judiciária realizado na Faculdade Maurício de Nassau em Recife/PE



Processo seletivo dos estagiários da área administrativa realizado no Geraldão em Recife/PE

Infra-estrutura Física

O volume processual do Tribunal, já demonstrado nas Tabelaa 2 e 4, reforça a necessidade de expansão desta Corte e, considerando este aspecto, a gestão buscou dar continuidade ao projeto de ampliação dos espaços iniciados no biênio anterior, transferindo em março de 2006 a Diretoria Geral, Subsecretaria Administrativa e áreas afins para o Anexo III, que foi reformado para este fim, possibilitando uma melhor integração das áreas, pois o prédio foi formatado em um vão horizontal e sem paredes divisórias, evitando demora na tramitação de processos e realização de rotinas que ali se deslindam.



Anexo III da sede do TRF 5ª Região

Com esta mudança, foram liberados espaços no edifício sede do Tribunal, que foram utilizados para melhor acomodar a Subsecretaria Judiciária, segregada de acordo com os serviços prestados, visando facilitar o fluxo de documentos e as rotinas de trabalho, e para a criação de 06 novos gabinetes de desembargadores federais, já preparando a estrutura para a esperada ampliação da sua força de trabalho. Até a aprovação do projeto de ampliação, pretende-se utilizar este espaço para abrigar juízes federais, que formarão uma equipe de trabalho com o objetivo único de reduzir o estoque processual do 2º Grau.

Ainda visando à otimização de espaço no prédio-sede, foram realizadas reformas para concentrar no mezanino a Subsecretaria de Engenharia e Administração Predial e, no pavimento térreo, a Subsecretaria de Apoio Especial. A Subsecretaria de Controle Interno também recebeu novas instalações e a Assessoria Especial da Presidência foi transferida para o pavimento em que se encontra o Gabinete da Presidência.



Novas instalações da Subsecretaria de Apoio Especial

O Anexo I, onde funcionava a Escola de Magistratura Federal (ESMAFE), passou por reformas e foi adequado para abrigar o Almoxarifado e o Arquivo, pois sua localização é mais próxima do edifício-sede, facilitando o trâmite de documentos e materiais de trabalho. O Anexo II, que antes sediava o Almoxarifado e o Arquivo, recebeu a ESMAFE, dando-lhe uma maior autonomia, visto que possui estacionamento próprio e seguro, possibilitando a realização de cursos inclusive no expediente noturno.

A ESMAFE agora conta com estrutura física mais adequada e estacionamento próprio

A biblioteca passou por uma reforma, com troca dos móveis e mudança no seu layout, que possibilitou o aumento do espaço reservado para disposição do seu acervo, facilitando a sua localização e promovendo melhoria na sua iluminação. O acervo da biblioteca também foi ampliado, com a aquisição de 1.047 livros no biênio 2005-2006, além do recebimento de 499 através de doações.



Biblioteca do TRF5, após a mudança no seu lay-out

Além destas reformas, também foram realizadas melhorias na infra-estrutura, incluindo a modernização dos equipamentos e técnicas de limpeza; manutenção da subestação elétrica do edifício sede; criação de 49 novas vagas no estacionamento e a demarcação de área para realização de caminhadas, visando estimular os servidores para a prática de esportes.

Todas estas reformas foram projetadas e realizadas pela área de Engenharia do Tribunal, inclusive elaborando os projetos básicos para contratação e aquisição de serviços e materiais utilizados.



Estacionamento do TRF5, após criação de 49 novas vagas e demarcação da pista de cooper

Destaca-se, também, a renovação em até 20% da frota de veículos das Seções Judiciárias, gerando economia no custo de manutenção e facilitando o transporte entre as varas, principalmente as interioranas.

20% da frota de veículos das Seções Judiciárias foi renovada

Efetividade nas Comunicações

Neste biênio, a 5ª Região buscou intensificar o uso da comunicação através do e-mail, por ser mais rápida e mais barata, buscando incentivar o seu uso em substituição às ligações telefônicas e aos tradicionais memorandos impressos.

Este incentivo foi dado pela Presidência para as áreas administrativas, e pela Corregedoria-Geral, que adotou o correio eletrônico como meio principal de comunicação com as Seções Judiciárias.

O benefício desta atitude pode ser sentido por diversas áreas, como, por exemplo, o Conselho de Administração, que passou a enviar os resumos das decisões administrativas para as Seções Judiciárias e Unidades do Tribunal, o que reduziu consideravelmente o número enorme de ligações telefônicas, diminuindo o custo das comunicações entre esses órgãos.

Para viabilizar o envio de documentos também por meio eletrônico, foram adquiridos equipamentos de scanner para as unidades administrativas do TRF, reduzindo a transmissão via fax, mais onerosa. Também está sendo elaborado um projeto de implantação do memorando eletrônico, que substituirá em definitivo o memorando impresso, e a implantação da certificação digital, para garantir a segurança quanto aos destinatários.

O uso do e-mail eletrônico foi incentivado em toda a 5ª Região

Gestão de Contratos

A gestão de contratos contou com melhorias operacionais, como a criação de normas específicas, capacitação do pessoal, bem como está sendo desenvolvido um sistema, de grande valia para o acompanhamento e controle dos contratos.

Outra importante mudança nesta área, ocorreu em 2005, quando o Tribunal passou a adotar a política de ampliação do prazo de contratação dos serviços de manutenção e conservação, limpeza, vigilância, manutenção dos elevadores e da frota de veículos, o que propiciou uma redução no custo dos contratos e dos sucessivos processos licitatórios, além do aumento da qualidade dos serviços contratados.

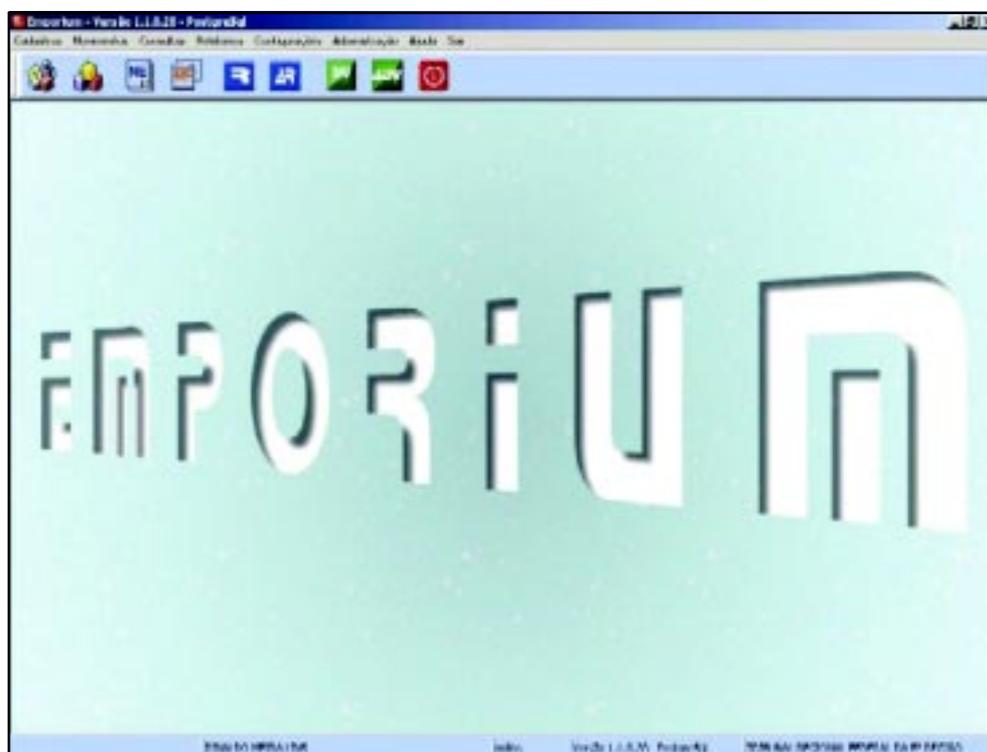
Modernização do Almoxarifado

A Seção de Almoxarifado foi totalmente modernizada, a partir da contratação de uma consultoria externa, que ministrou oficinas teóricas e práticas, envolvendo os setores afins, com o objetivo de identificar as necessidades e racionalizar os fluxos de trabalho. Este projeto contou com o apoio da Diretoria Geral, através da Seção de Coordenação de Planejamento e Modernização, que auxiliou no redesenho das rotinas de trabalho, atenuando as deficiências de pessoal, mudança de *lay-out*, que otimizou o espaço físico e possibilitou o armazenamento adequado dos materiais, minimizando o desperdício em virtude do mau acondicionamento, da deterioração e da perda de validade dos produtos, e a aquisição de equipamentos (galéias, reboque, prateleiras e outros).

O Almoxarifado foi totalmente modernizado, tornando a sua gestão muito mais eficiente

Uma relevante alteração na rotina de trabalho do Almoxarifado foi a introdução do procedimento de revisão qualitativa e quantitativa das solicitações de materiais, como forma de desestímulo às aquisições desnecessárias ou com especificações demasiadamente sofisticadas que onerem o erário sem a contrapartida em benefício público. Também se destaca a adoção de um formulário específico de agradecimento aos participantes do processo de compras, informando o nome da empresa vencedora e o valor da sua proposta, com o intuito de dar maior transparência aos certames.

A Subsecretaria de Informática também apoiou este projeto com o desenvolvimento e implantação do Sistema Emporium. Por meio deste sistema foi possível otimizar a gestão do estoque do Almoxarifado e das atividades operacionais inerentes, uma vez que tornou possível a emissão de requisição de materiais por meio eletrônico; reduzindo a margem de erros nas requisições, posto que o sistema oferece a descrição detalhada do produto associado ao seu código; oportunizando a programação das compras através do controle do estoque mínimo por item e a indicação do ponto de pedido. Além disso, permitiu o aperfeiçoamento do controle de entrada e saída de materiais, estoques, consumo por unidade e validade dos materiais, bem como da emissão de relatórios e balancetes de consumo.



Sistema Emporium - Gestão do Almoxarifado

Modernização Tecnológica

Foram realizados investimentos tecnológicos em diversas áreas do Tribunal, dentre as quais se destaca a gestão da manutenção da frota de veículos, que passou a ser realizada eletronicamente, através de um sistema fornecido pela empresa contratada para planejamento e execução de manutenção e a interligação de voz e dados, através de fibra ótica, entre o edifício-sede do Tribunal e seus anexos, que provocou sensível redução dos custos com ligações locais e aumento na confiabilidade da transmissão de dados.

A interligação de voz e dados provocou sensível redução dos custos de ligações locais

O sistema interno de rádio do Tribunal foi totalmente digitalizado e recebeu um estúdio dotado de isolamento acústico e voltou a funcionar em junho de 2005, depois de dois anos desativado. A rádio TRF no ar trata-se de uma importante ferramenta estratégica de comunicação.



O novo sistema de Recursos Humanos trará mais agilidade e segurança à Região

No âmbito da tecnologia da informação, destaca-se o ousado projeto de implantação do Sistema de Recursos Humanos e Folha de Pagamento - SARH, importado e customizado do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em toda a 5ª Região. Este projeto encontra-se na fase de testes e terá como resultado principal a possibilidade de regionalização da folha de pagamento e será transformado em projeto piloto para a nacionalização das folhas de pagamento da Justiça Federal.

Foram realizadas ações no desenvolvimento de sistemas para suporte das diversas atividades do Tribunal e Seções Judiciárias e, para que todos estes sistemas sejam executados com segurança, alta disponibilidade e boa performance, foram realizados investimentos em infra-estrutura, o que foi viabilizado, principalmente, pela concessão de crédito orçamentário suplementar obtido pelo TRF da 5ª Região junto ao Ministério do Planejamento.

A fim de possibilitar melhores condições de trabalho aos servidores que atualmente usam fortemente a tecnologia no desempenho de suas atividades, cerca de 30% do parque de microcomputadores foi substituído por máquinas de última geração e foram adquiridos notebooks para todos os magistrados da Região. O parque de servidores centrais foi renovado em cerca de 60% e foram adquiridos servidores de contingência para garantir a disponibilidade dos serviços. Além disso, redes sem fio foram implantadas no Pleno do TRF e em outras áreas nas Seções Judiciárias.

30% do parque de microcomputadores foi renovado

Foi implantada, no TRF e nas seções, uma SAN (Storage Área Network) rede de armazenamento de alta-velocidade, com equipamentos robôs de backup de última geração, garantindo a segurança dos dados cada vez mais importantes no caminho da virtualização de processos. Está em fase de implantação um ambiente de continência no Anexo 3 do TRF, que inclui software de gerenciamento de recuperação de desastres a fim de aumentar a segurança e a disponibilidade dos dados e sistemas. Além disso, dentro do Projeto de Segurança da Informação, foi feita uma Análise de Riscos, que será expandida para a Região, onde foram identificados pontos de melhoria que estão sendo gradativamente atacados, como a definição de Normas de Segurança da Informação a serem seguidas pelos usuários e técnicos.

Está sendo implantado um ambiente de contingência para aumentar a segurança dos dados

Além das ações elencadas, que visaram garantir a qualidade operacional das funções exercidas pelo Tribunal, as diversas unidades promoveram melhorias internas sempre focando o aprimoramento das atividades e, conseqüentemente, da prestação jurisdicional, buscando promover a visão sistêmica do órgão, na qual cada área tem uma relevante contribuição para o sucesso do todo.

Gestão de Pessoas

Através do programa de capacitação permanente, que visa promover a qualificação pessoal, pela aquisição, reciclagem e aprimoramento de conhecimentos, envolvendo a área jurídica, administrativa, de informática, comportamental e outras, a fim de obter melhor desempenho e conseqüentemente melhor qualidade nos serviços prestados aos jurisdicionados, foram oferecidos 163 cursos com 1.283 vagas, no TRF no biênio, conforme descrito na Tabela 13.

Tabela 13 - Capacitação e treinamento

Processo	Qtde de eventos	Vagas disponibilizadas
Cursos Internos	49	838
Cursos Externos	63	299
Congressos	51	146
Total	163	1.283

Dentre os cursos realizados destacam-se os cursos de Especialização e Mestrado. Em 2006, teve-se a conclusão de mais uma turma com 55 servidores e o início de uma nova turma com 41 servidores no Curso de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão Pública pela Universidade Federal de Pernambuco, com custeio de 50% pelo Tribunal. Também foi iniciado o Curso de Mestrado Profissional em Gestão Pública para Desenvolvimento do Nordeste, promovido pela Universidade Federal de Pernambuco, que conta com a participação de 23 servidores de toda a 5ª Região. Além destes cursos de pós-graduação, servidores também estão realizando especialização em Direito Processual Civil, Segurança em Redes de Computadores e Mestrado em Economia.

Foram disponibilizadas mais de 1.283 vagas no programa de capacitação de servidores

Destaca-se também o curso de Desenvolvimento de Equipes, que treinou 145 servidores e buscou resgatar o trabalho em equipe como uma estratégia de otimização do desempenho individual e a busca da excelência como fator de realização e auto-estima.

Outro curso relevante foi o de alemão, oferecido para os magistrados, que objetiva capacitação para que se possa ter acesso ao grande acervo jurídico disponibilizado neste idioma.

Além dos cursos oferecidos, foram firmados convênios com instituições de ensino superior para fornecimento de desconto aos servidores da 5ª Região para cursos de graduação e pós-graduação, assim como para escolas de idiomas, estendendo estes benefícios também para os dependentes dos servidores.

O Tribunal realizou e apoiou diversos eventos, tais como:

- O VI Encontro Nacional de Juízes Federais, promovido pela Escola de Magistratura Federal da 5ª Região, que contou com mais de 80 magistrados e abordou os seguintes temas: Novo Processo de Execução, Agravos na Reforma do Código Civil, Juizados Especiais Federais;
- O 23ª Encontro Nacional de Juízes Federais, promovido pela Associação de Juízes Federais, contou com a participação de cerca de 500 magistrados.
- O I Fórum Nacional de Debates – Judiciário e Imprensa, promovido pelo TRF 5ª Região em parceria com o Conselho da Justiça Federal, que contou com 400 participantes
- Encontro dos juízes federais responsáveis pelas Varas Fiscais, promovido pelo TRF 5ª Região, onde foi discutida a viabilidade da utilização do sistema CRETA pelas Varas de Execução Fiscal.
- Sessões do Conselho da Justiça Federal, realizadas em Aracajú (SE), Natal (RN) e Maragori (AL), contaram com a participação de ministros do STJ e dos presidentes dos Tribunais Regionais Federais.



I Fórum de Debates Judiciário e Imprensa, promovido pelo TRF5

Racionalização das Despesas

Na política de racionalização de despesas deste biênio, merece destaque o incremento do uso do Pregão pelo Tribunal e Seções Judiciárias da 5ª Região. Em 2005, das 355 licitações realizadas, 280 foram nesta modalidade (79%). Em 2006, das 352 licitações realizadas 298 foram por pregão (85%). Este incremento no uso desta modalidade gerou uma economia de 25,5% só no TRF5, comparando-se o preço orçado pelo Tribunal e o preço final contratado.

88% das licitações do biênio foram realizadas na modalidade pregão

Também foram realizadas ações visando à redução dos custos com comunicação, que surtiram excelentes resultados.

Em 2005, o Tribunal substituiu os celulares dos magistrados, diretores e supervisores por aparelhos com tecnologia GSM, que garantem maior segurança com relação à possibilidade de clonagem e apresentam melhor qualidade no serviço de telefonia móvel. Os novos equipamentos já chegaram com os números dos usuários na memória, facilitando o contato entre os desembargadores federais e profissionais desta Corte que utilizam o celular de serviço. Tal medida propiciou melhores condições financeiras, uma vez que a operadora vencedora da licitação apresentou o menor preço nas tarifas. Além da condição tecnológica mais favorável.

Tabela 14- Incremento da utilização da modalidade pregão

Unidade	Quantitativo de licitações no biênio		% de Pregões sobre o total
	Total *	Pregão	
SJ CE	130	114	88%
SJ RN	126	109	87%
SJ PB	78	61	78%
SJ PE	96	69	72%
SJ AL	127	112	88%
SJ SE	51	35	69%
TRF	99	78	79%
Total	707	578	88%

*Neste total estão consideradas as licitações realizadas nas modalidades: Convite, Tomada de Preços, Concorrência e Pregão.

Para reduzir os custos mensais com o serviço de telefonia móvel, também houve a fixação de cota para telefone celular, entre outras modificações contidas na Resolução n.º 39 do Conselho de Administração desta Corte, além de incentivar a utilização do correio eletrônico como meio principal de comunicação, em substituição ao uso do telefone e fax. Também foi realizada a implantação de interfaces da central telefônica convencional com a telefonia celular GSM, possibilitando redução dos custos com telefonia fixa para celular.

A despesa com telecomunicações foi reduzida em 16%

Estes procedimentos geraram resultados favoráveis, como se observa ao analisar a evolução da despesa de telecomunicação, que em 2006 sofreu uma redução de 16%.

Mudanças na rotina administrativa da Subsecretaria de Apoio Especial promoveu a redução de 26% no custo de passagens aéreas no ano de 2006 em relação ao exercício de 2005, decorrente principalmente da busca intermitente por vôos com menor preço.

26% foi o percentual de redução do custo das passagens aéreas

O projeto de sistematização dos controles também teve relevante contribuição para redução das despesas. Este projeto foi iniciado com a simples criação de planilha para acompanhamento das despesas de custeio do Tribunal, disponibilizadas através do Portal de Dados na intranet, fornecendo informações para subsidiar a tomada de decisão. Como evolução deste Portal de Dados existe o projeto de desenvolvimento de sistemas operacionais para as áreas administrativas, que ainda são deficitárias deste tipo de tecnologia, bem como a promoção da interface direta deste sistema com o Portal, alimentando-o em tempo real e fornecendo uma quantidade maior de informações e flexibilizando a montagem de relatórios gerenciais.

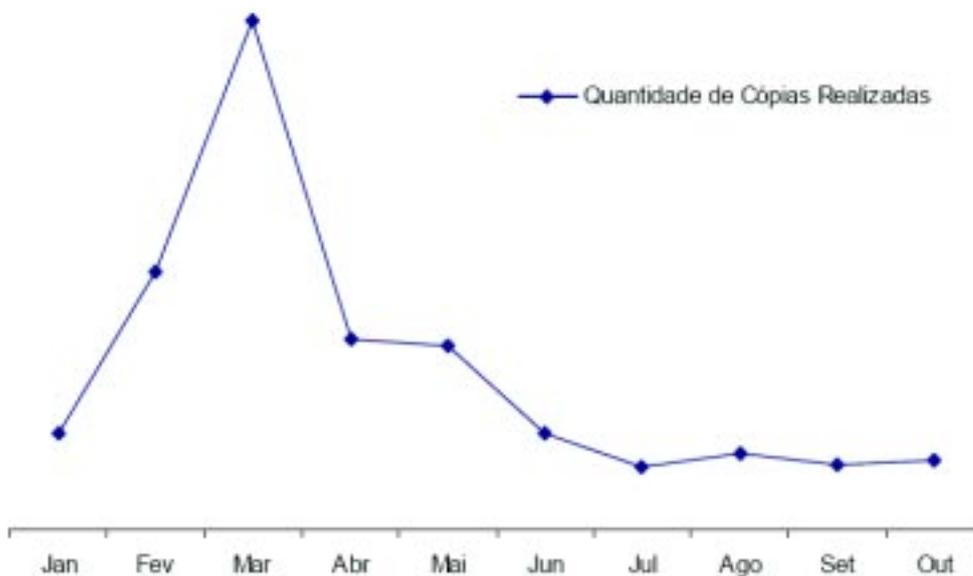
Com a mesma filosofia, encontra-se em desenvolvimento o Portal do Orçamento, que acompanhará não só a verba destinada ao custeio, como também a dotação orçamentária para custeio e investimento de toda 5ª Região.

Neste diapasão, foi desenvolvido o sistema operacional da Seção de Almoxarifado, denominado EMPORIUM, que já permite o acompanhamento da utilização do material de expediente do Tribunal por todos os usuários, contribuindo para o planejamento dos próximos exercícios e oferecendo confiança aos clientes internos para o atendimento tempestivo do Almoxarifado.

O controle dos dados de custeio permitiu redução de custos nos serviços de reprografia, através do acompanhamento do uso das maiores unidades consumidoras, revisando a forma de trabalho com o objetivo de modificá-las visando reduzir o custo sem que isso interfira na prestação jurisdicional eficiente. Esta redução pode ser observada no gráfico 5, que demonstra a brusca redução no quantitativo mensal de cópias realizadas no Tribunal.

A redução nos custos da reprografia também se deu em decorrência da virtualização dos boletins administrativos e de jurisprudências, sob coordenação do Gabinete da Revista, que passaram a ser disponibilizados através da Internet e não mais por meios impressos, reduzindo consideravelmente o custo com papel, impressão e postagem, o tempo de trabalho e beneficiado um número maior de usuários. Atualmente, já contamos com 1.217 usuários cadastrados.

Gráfico 5- Quantitativo mensal de cópias

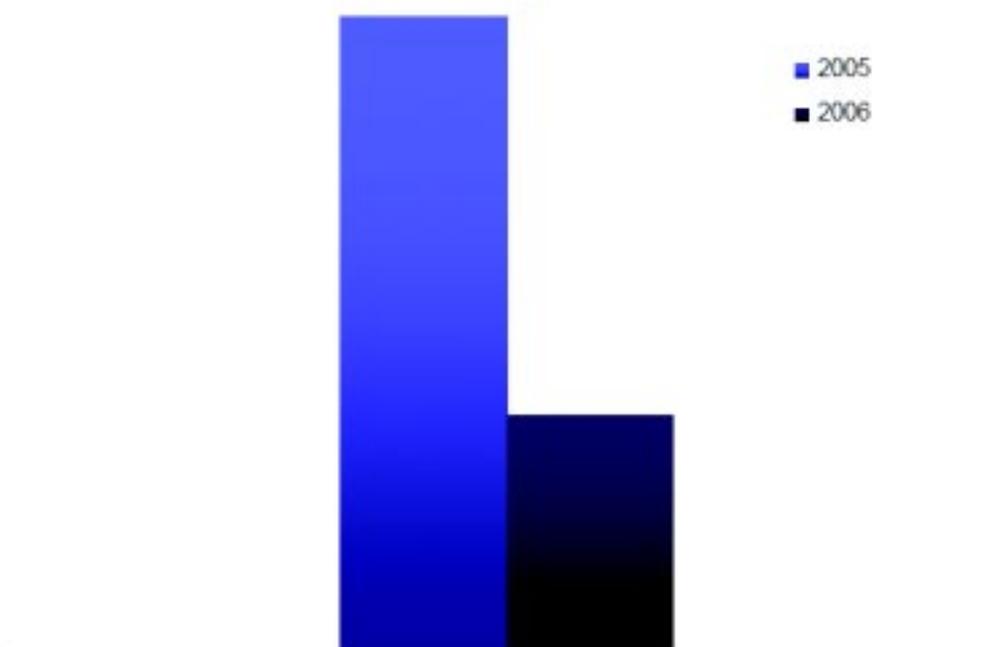


*Com a economia de papel
provida no biênio cerca de
100 árvores foram preservadas*

Estas ações importaram, comparado ao exercício de 2005, na redução do consumo de 1.857 resmas de papel A4 (quase 1 milhão de folhas) no ano de 2006, repercutindo não só no bom uso dos recursos públicos como também na política ambiental, desenvolvida no Programa de Gestão Ambiental promovido por este Tribunal, já que o material economizado corresponde a cerca de 100 árvores preservadas.



Gráfico 6 - Consumo anual de resmas de papel



Responsabilidade Social

A responsabilidade social vem ganhando espaço na instituição, que busca realizar ações que aproximem a justiça da sociedade e promovam melhorias na qualidade de vida dos servidores.

O TRF 5ª Região vivenciou momentos de grande emoção, em especial através de ações sociais, para as quais contou com a solidariedade de seus servidores, sempre dispostos a contribuir.

Dentre estas ações destacam-se as realizadas na carente comunidade do Pilar, localizada nas imediações da sede do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, para comemoração do dia das crianças e celebração do Natal, bem como fornecimento de material escolar e cestas básicas.

No final de 2006, o TRF5 lançou um concurso de desenho entre os alunos de até 8 anos de idade da Escola Nossa Senhora do Pilar, situada na referida comunidade. O desenho selecionado foi utilizado no cartão de natal da instituição, criando oportunidades para que talentos se destaquem e possam descobrir um mundo novo.



Desenho selecionado, da aluna Márcia Lopes, 8 anos, 1ª Série



Presidente do TRF5 recebe a vencedora do concurso de desenho

1 tonelada de alimentos arrecadados na seleção de estagiários foram distribuídos para comunidades carentes

Também em parceria com a Escola, o Tribunal promoveu um jantar no restaurante dos desembargadores em homenagem aos alunos adultos com idades variadas, chegando até 65 anos, que concluíram a 4ª série do Ensino Fundamental. Para muitos, foi a primeira vez que cruzaram os portões desta casa de justiça social.

A comunidade do Pilar também recebeu a doação de 600kg de alimentos não perecíveis, arrecadados no processo seletivo de estagiários. Outros 400Kg também arrecadados neste processo seletivo foram entregues ao abrigo de idosos Lar de Jesus.



Presidente do TRF5 recebe os alunos da Escola Nossa Senhora do Pilar

Outro fato importante foi a doação de bens móveis e microcomputadores, já inservíveis para o TRF, para o Hospital Oswaldo Cruz, ajudando a diminuir as dificuldades enfrentadas pela saúde pública no Estado. Outras instituições também foram beneficiadas, como a Polícia Federal, Faculdade de Direito do Recife, Universidade de Pernambuco, Exército Brasileiro, Ibama e diversas Secretarias da Prefeitura do Recife, dentre outras.



Concluintes da 1ª Turma de Telesala do Ensino Fundamental

Visando o aperfeiçoamento e desenvolvimento educacional dos funcionários terceirizados que prestam serviço nesta Corte, em 2005, o TRF formou a 1ª turma de Telesala de Ensino Fundamental com 32 alunos. Este programa é realizado através de uma parceria firmada entre o Tribunal e a Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco e já possui uma nova turma em formação.

Ainda buscando estreitar os laços com a sociedade e com a valorização da cultura, em 2005, criou e oficializou o Espaço Cultural, onde vários artistas locais dos mais diversos segmentos, incluindo até de renome internacional, como Romero Britto, expuseram os seus trabalhos.

Em 2006 foi inaugurado o Espaço Memória da Justiça Federal em Pernambuco, na sede da Seção Judiciária de Pernambuco, onde está guardado um importante acervo dos anais da justiça.

Preocupando-se também com as questões ambientais, foram dados os primeiros passos para o lançamento do projeto Gestão Ambiental, com exposição sobre o tema e lançamento da cartilha informativa a respeito dos benefícios que um programa de reciclagem pode trazer à Instituição e ao meio ambiente.

Cartaz de divulgação do projeto de gestão ambiental



O Tribunal tem aberto as suas portas para receber alunos e promover eventos culturais

Considerando as questões educacionais, o Tribunal tem recebido a visita de colégios e universidades, como parte de suas atividades curriculares, que além de interagir positivamente no processo ensino-aprendizagem, vem influenciando na descoberta de uma vocação. Assim como, tem dado continuidade ao programa sócio-educativo, que visa a continuidade dos estudos e a iniciação profissional do adolescente.

Através deste programa, o Tribunal implantou o Programa de Estágio de Nível Médio, para adolescentes entre 16 e 18 anos, oriundos de escolas públicas e de famílias de baixa renda, com remuneração mensal. O critério de seleção para estes estagiários é o desempenho apresentado nas escolas, sendo selecionados os melhores alunos. Estes adolescentes recebem treinamento necessário à execução de suas atividades e sistemático acompanhamento psico-social; com a possibilidade de melhorar seu relacionamento interpessoal e a oportunidade de produzir, crescer e se organizarem enquanto cidadãos; tudo isso com o exercício de uma atividade remunerada.

O programa de estágio de nível médio visa preparar os jovens carentes para os desafios da vida profissional

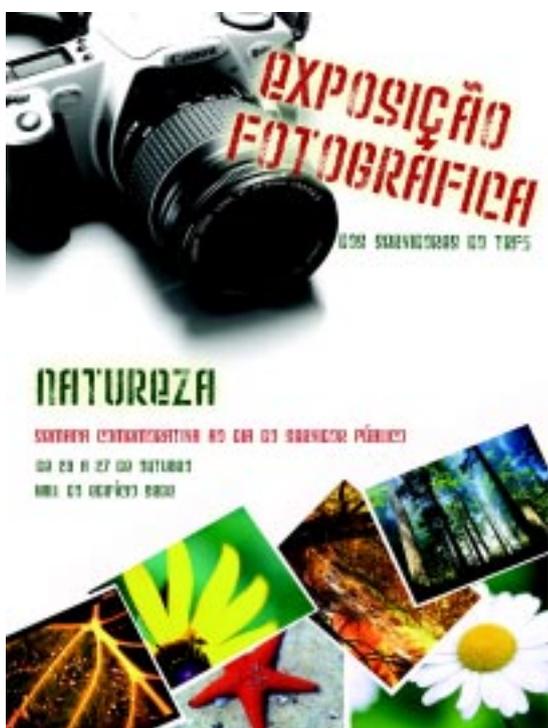
Ao final do ano de 2005, realizou o concurso de Monografias nas categorias externa e interna, sobre o servidor público. O tema da categoria interna foi O Perfil do Servidor Público na Sociedade Moderna, enquanto a categoria externa tratou sobre O Servidor Público e a Probidade Administrativa.



Dr. Francisco Cavalcanti prestigia o vencedor do concurso de monografia

Nas Seções Judiciárias da 5ª Região foi dada continuidade a Quinta Jurídica, criada pela ESMAFE, que corresponde a um evento mensal (aberto ao público), em que três palestrantes convidados discutem temas atuais do mundo jurídico e o Núcleo de Prática Jurídica nas universidades, aproximando os alunos da prática da advocacia e oferecendo mais opções à comunidade que procura a Justiça.

Também foram realizados diversos eventos buscando promover a integração entre magistrados e servidores, tais como o festejo de momo, dia das mães, dia dos pais, festa junina, confraternização natalina e comemoração dos aniversariantes do mês, entre outros. Em comemoração ao dia do servidor público, em 2006, foi realizada uma exposição de fotos no hall do edifício-sede, pelos próprios servidores, cujo tema foi "A Natureza", servindo de grande deleite aos olhos dos que ali passavam, dando um espetáculo de cor e beleza.



Cartaz de divulgação da exposição fotográfica dos servidores



Evento comemorativo do dia das mães no TRF5

Preocupado com a qualidade de vida do servidor, o Tribunal promoveu diversas ações com o objetivo de “cuidar dos servidores”, dentre as quais destacam-se:

- Campanhas de Imunização contra o tétano, priorizando servidores da informática e funcionários terceirizados, e de prevenção do câncer de pele e de boca.
- Desenvolvimento de um projeto educacional sobre Estresse, direcionado para os servidores que ocupam cargos gerenciais, a fim de dotá-los de conhecimentos necessários para identificar servidores do seu staff com problemas relacionados a estresse no trabalho.
- Demarcação de uma pista de cooper no estacionamento do Tribunal, visando reduzir o alto nível de sedentarismo identificado entre os servidores, já que este tem sido apontado como um dos principais vilões da saúde.
- Realização de palestra sobre saúde da mulher, em comemoração ao dia 08 de março, em 2006.
- Ampliação dos consultórios odontológicos de 03 para 04 unidades e a implantação da especialidade de endodontia, com ampliação do quadro de profissionais.
- Disponibilizou um espaço em suas dependências para pratica do Lian Gong, ginástica terapêutica que integra a sabedoria milenar das artes marciais e o conhecimento da medicina oriental, objetivando a prevenção e trato de dores nas articulações, doenças nos órgãos internos e doenças respiratórias.



Consultório odontológico no TRF5



Cartaz de divulgação do projeto “saúde preventiva”

Além destas ações, está em desenvolvimento um projeto de avaliação do nível de estresse dos servidores, em parceria com a Sulamérica Seguros.

Na seção judiciária de Pernambuco, foi implantado uma unidade de posto avançado de psicologia e passou a ser realizada uma avaliação permanente do estresse nos servidores.



Consciente da sua responsabilidade perante a comunidade em que está inserido, este Tribunal Regional Federal, juntamente com a Justiça Federal de Primeiro Grau da 5ª Região, além de fielmente cumprir sua missão institucional, também se empenhou em desenvolver diversas atividades de integração, visando aproximar cada vez mais a sociedade da Justiça Federal.

Através de uma gestão participativa e transparente, o biênio gerou ótimos frutos, principalmente com a democratização e popularização da Justiça Federal, que provoca profundos impactos na sociedade, que passou a acreditar mais numa prestação jurisdicional mais acessível, rápida e eficiente.

Temos confiança de que o Poder Judiciário, através da obtenção dos recursos orçamentários necessários, dará continuidade às ações em andamento, de forma a manter a satisfação daqueles que procuram a Justiça Federal.

Continua a premissa maior de aplicar Justiça, delineada pelo estímulo à celeridade e maior acessibilidade à população, principalmente a mais carente. Os frutos colhidos são, sem dúvida, resultado da firme parceria entre o Tribunal Regional Federal da 5ª Região e as Seções Judiciárias que o compõem, fortalecida pelo apoio do Conselho da Justiça Federal.

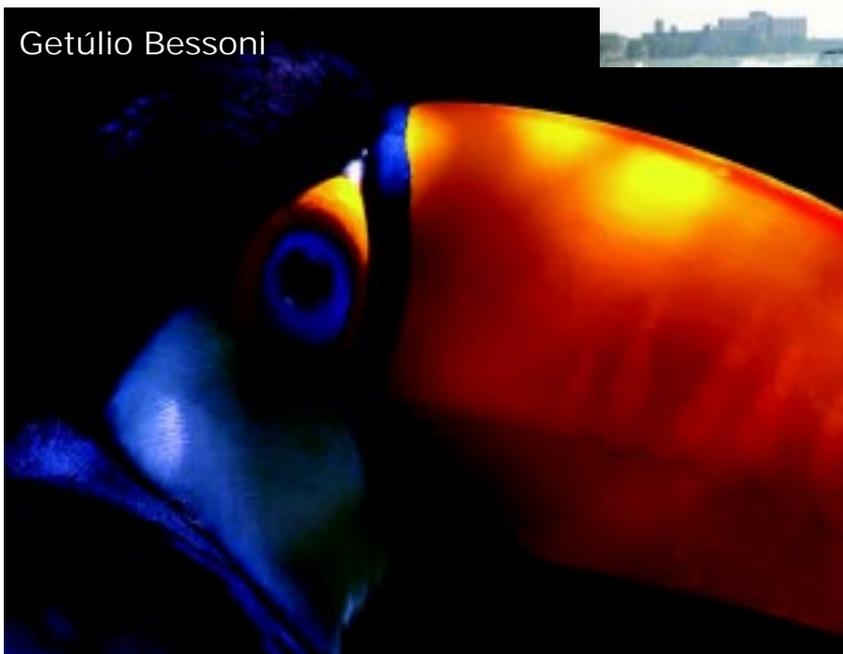
Getúlio Bessoni



Simone Cruz



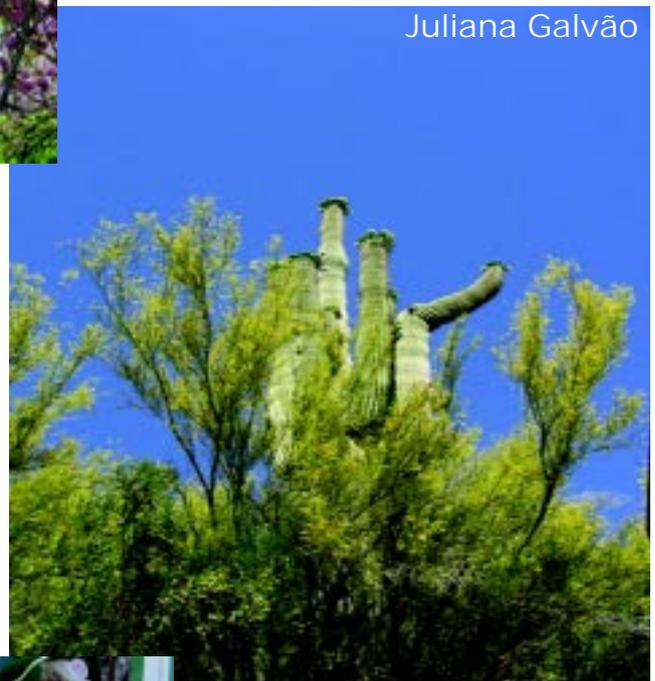
Getúlio Bessoni



Fotos de servidores do TRF 5, expostas na Mostra Fotográfica realizada em comemoração ao dia do servidor público



Lisiane Ramalho



Juliana Galvão



Lisiane Ramalho

Fotos de servidores do TRF 5, expostas na Mostra Fotográfica realizada em comemoração ao dia do servidor público

Agradecimento especial à Companhia Editora
de Pernambuco, na pessoa do seu presidente
Flávio Chaves

COMISSÃO EDITORIAL

Coordenação

Juliane Gama Tenório

Redação

Juliane Gama Tenório
Sorária Maria Rodrigues Sotero Caio
Rosilene Diniz

Colaboradores

Diretoria Geral
Secretaria Administrativa
Secretaria Judiciária
Seções Judiciárias da 5ª Região

Projeto Gráfico e Editoração

Juliane Gama Tenório

Capa

André Garcia

Fotos

Arquivo TRF5
home page do TRT 6ª Região

Revisão

Cristina Ramos

Gráfica

CEPE - Companhia Editora de Pernambuco

Tiragem

600 exemplares